

Exército chega à terra dos yanomani

PLÍNIO VICENTE
Especial para "O Estado"

Os yanomani, última nação indígena das Américas que ainda vive em estado primitivo, estão no meio de um fogo cerrado. As Forças Armadas começaram a implantar o projeto "Calha Norte", que consideram a melhor forma de ocupar os vazios da fronteira brasileira ao norte da calha

do rio Solimões. A Igreja condena o projeto, afirmando que, em Roraima, os yanomani vão sofrer "um ataque maçoico e frontal, com graves consequências".

Mas enquanto o Exército garante que o "Calha Norte" pretende apenas "harmonizar as relações entre as populações", os que defendem a preser-

vação desses índios contra-atacam com um projeto do senador Severo Gomes, que cria o Parque Yanomani. Para o governador do Território, Getúlio Cruz, "o senador está prestando um desserviço à Nação". Em Boa Vista, o presidente da Associação Comercial de Roraima, João Mene, elogia o "Calha Norte" e condena o projeto do senador, criticando principal-

mente o tamanho da área reivindicada, 11 milhões de hectares, o que considera "um exagero".

Entre os garimpeiros o projeto de Severo Gomes está fazendo estragos. Mais de oito mil homens vivem há anos esperando para voltar aos garimpos proibidos da serra de Surucucus, no coração das terras yanomani.

"É hora de ocupar os vazios"

De um lado as Forças Armadas, garantindo que "é hora de ocupar todos os vazios da fronteira antes que alguém os ocupe". Do outro a Igreja, condenando a ação militar e afirmando que a invasão das áreas indígenas "pode levar à dizimação da última nação primitiva das Américas, os yanomani". Dois projetos, o "Calha Norte", com o qual o governo brasileiro pretende garantir sua presença nas fronteiras do Noroeste e do Extremo Norte da Amazônia, e um outro, do senador Severo Gomes (PMDB-SP), propondo a criação do Parque Yanomani, estão gerando sérias discussões, cada lado defendendo a necessidade de uma ação imediata.

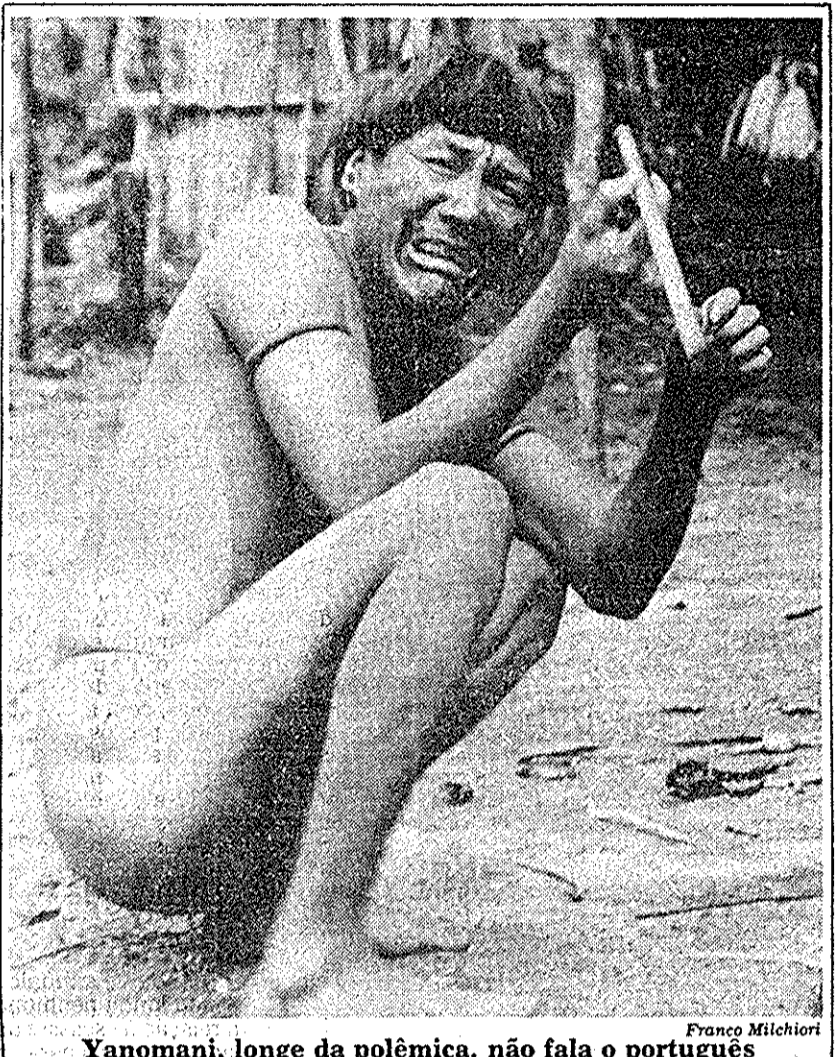
"Eu não preciso conhecer Roraima para saber que os índios yanomani devem ser defendidos já do perigo de extinção. Esse é o ponto principal do meu projeto", disse o senador em sua visita ao Território, em companhia de representantes da Igreja e de entidades que o ajudaram a elaborar o projeto de lei, que destina uma área de 11 milhões de hectares para a implantação do parque, tornando proibida a entrada de "brancos" em quase um terço da área de 23 milhões de hectares que forma Roraima.

Para o governador Getúlio Cruz, "o senador Severo Gomes está prestando um desserviço à Nação". Mas não vê como o problema dos yanomani e o projeto de criação do parque possam tornar-se obstáculos para a implantação do "Calha Norte". Segundo Cruz, essa foi a opção correta encontrada pelo presidente Sarney para acelerar o desenvolvimento da Amazônia Ocidental. O governador entende que o projeto das Forças Armadas e do Conselho de Segurança Nacional tem duas linhas importantes de ação: uma leva à ocupação dos vazios da fronteira por meio da instalação de pelotões do Exército; e outra preocupa-se justamente com os povos indígenas, razão pela qual o "Calha Norte" propõe uma ampla reestruturação da Funai e o seu fortalecimento para a solução dessa questão. Cruz lembrou ainda que Roraima já começa a receber os benefi-

cios desse programa, com a construção da Hidrelétrica do Paredão e o asfaltamento da BR-174, ligando Boa Vista a Manaus e Boa Vista à fronteira com a Venezuela.

Mas a Igreja tem opinião diversa daquela defendida pelo governador

nas. Por isso, o Território de Roraima será o mais atingido". Para dom Aldo, o "Calha Norte" é autoritário, não respeita as tradições e valores culturais e impõe a integração forçada do índio à sociedade "envolvente". Para o bispo, "está mais do que



Yanomani, longe da polêmica, não fala o português

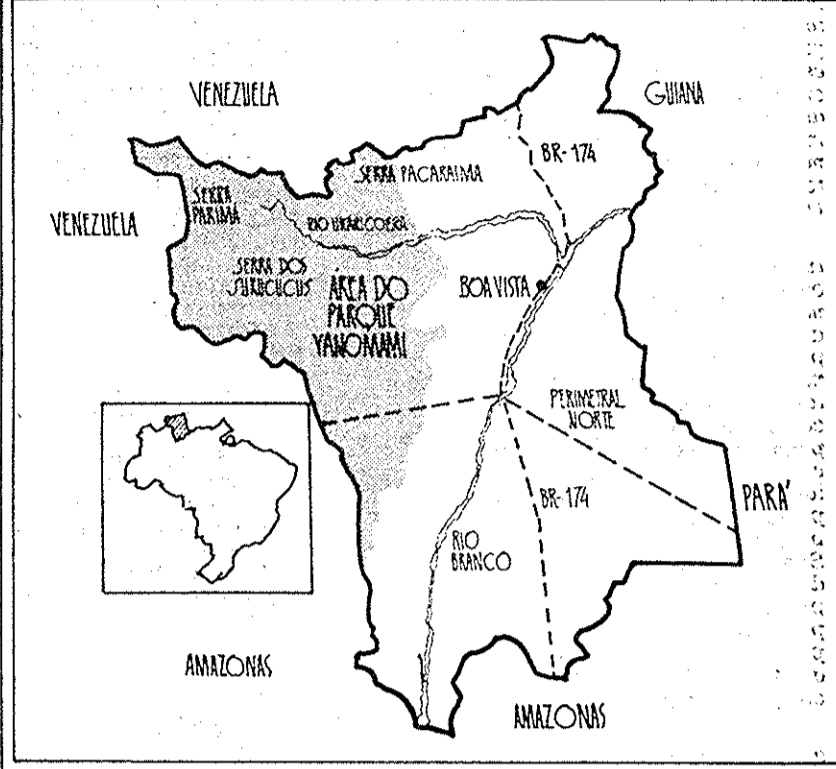
do Território. Para o bispo diocesano de Roraima, dom Aldo Mongiano, "o projeto foi pensado e desenvolvido dentro de uma filosofia de governo que tende, de todas as maneiras, a desarticular a vida dos povos indige-

provado que a doutrina de segurança nacional, defendida no regime dos militares, é contrária à visão cristã dos homens e à visão cristã do Estado, cuja tarefa é procurar o bem comum".

Dom Aldo chama a atenção ainda para um aspecto que considera o mais perigoso do "Calha Norte": a instalação de colônias. Para ele, que defende de forma radical a implantação do Parque Yanomani, "essa nação, ainda em estado primitivo, sofrerá um ataque mais maçoico e mais frontal" com a abertura de estradas para a instalação dos pelotões de fronteira em Ericó, Auariis e Surucucus, nas proximidades da divisa com a Venezuela. "O projeto não se justifica só porque seus idealizadores entendem que a área onde vivem os yanomani é zona potencial de conflitos", disse o bispo, lembrando que "conflitos surgirão, isto sim, quando começar a colonização na região".

Em declarações feitas em Boa Vista, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, afirmou que não vê o problema indígena como um obstáculo à implantação do "Calha Norte". Contestando a Igreja e as entidades, algumas internacionais, que defendem a preservação dos índios, o ministro assegurou que "o projeto veio para harmonizar as relações e não criar áreas de conflito". Para o general, "não existe uma nação yanomani, existem tribos "yanomani" e vêo "Calha Norte" como uma medida lógica para compatibilizar o desenvolvimento da região e integrar suas populações.

Também para o comandante militar da Amazônia, general Iran Arnt, a Igreja e os defensores da causa indígena não têm com que se preocupar, "pois a Funai já está na área para evitar problemas, continuando seu trabalho de assistência aos silvicultores. Por isso sou contra a tese da Igreja Católica de que o projeto irá dizimar os yanomani". Quanto ao sigilo com que o "Calha Norte" foi elaborado, o comandante do CMA afirmou que a decisão partiu do Exército, via Conselho de Segurança Nacional, por orientação do presidente da República. "Portanto — frisou Arnt —, essa é uma decisão política do governo e não havia necessidade de consultar nem o Congresso Nacional."



Metade do Território de Roraima pode virar parque

"Rasgando os caminhos"

"O desenvolvimento vem na esteira, por via de consequência. A História do Brasil é pródiga em exemplos onde o Exército aparece como o grande desbravador. O mais importante, no momento, é ocupar os grandes vazios da região da fronteira norte da calha do Solimões, onde são predominantes os bolsões que registram a total ausência de brasileiros, brancos e civilizados. A presença do índio, tão-somente, é insuficiente para assegurar a defesa de regiões como as que temos no Amazonas e em Roraima." A afirmação é de um oficial do Exército, com bastante experiência na Amazônia.

Ao revelar essa posição, "que, embora pessoal, é a essência do projeto", o oficial descarta a hipótese de que o "Calha Norte" tenha sido elaborado com o propósito de só "rasgar o caminho" para permitir que a migração e os projetos de colonização possam ocupar a região. Admite que três pontos levaram o governo brasileiro a pressar a execução do projeto: 1) constante invasão do território nacional por grupos estrangeiros; 2) aumento do tráfico de drogas e plantações de epadu na região amazônica e; 3) preocupação permanente com a possibilidade de conflitos entre os países vizinhos ou de grupos internos. Há ainda um quarto ponto, embora não revelado pelas autoridades: os índios podem ser usados como massa de manobra para a manipulação de interesses contrários à soberania nacional, visando principalmente as jazidas minerais localizadas no Extremo Norte.

A prioridade inicial do "Calha Norte" é a implantação de pelotões de fronteira em alguns pontos críticos e a melhoria de outras instalações já existentes. No caso de Roraima, o Exército definiu a instalação de pelotões em Auariis, Ericó e Surucucu, na fronteira com a Venezuela. Serão melhoradas também as instalações dos pelotões aquartelados em Vila Pacaraima, no

marco BV-8 da fronteira, e em Bonfim e Normandia, na divisa com a Guiana. Mas nem só o Exército terá ampliado sua presença na área. Também a Força Aérea Brasileira, que construiu uma moderna base ao lado do aeroporto de Boa Vista. Em Surucucus, já estão em andamento os trabalhos de alargamento e ampliação da pista que serve ao posto indígena e às missões religiosas, para permitir a operação de aviões de maior porte. Com a infra-estrutura de Surucucus melhorada, as Forças Armadas terão condições de intensificar sua atuação na reserva yanomani, visando uma maior cooperação com os organismos militares e civis da Venezuela, complementando o trabalho que já vem sendo feito pelo Itamaraty. Como há uma marcante presença indígena na região, o "Calha Norte" prevê que nenhuma questão dessa ordem será tratada sem a participação da Funai. Quanto aos assuntos de segurança nacional, o projeto estabelece que merecerá atenção todos os pontos prioritários localizados ao longo dos 6.500 quilômetros de fronteira e suas vias de acesso.

Ainda quanto às relações externas, o projeto destaca "a manutenção da paz e o incremento da compreensão mútua entre o Brasil e seus vizinhos, além da revisão da legislação que regula o comércio fronteiriço", uma antiga reivindicação das cidades localizadas na zona de fronteira. Em Roraima, "os empresários defendem maiores facilidades para as trocas comerciais com a Venezuela e Guiana e o acesso ao Caribe, muito mais próximo e mais rentável do que o mercado interno, dada as grandes distâncias entre a região e os centros produtores e consumidores do País.

"O Calha Norte" propõe ainda uma maior cooperação técnica com os países vizinhos e a revitalização do Tratado de Cooperação Amazônica; reforço da rede consular de fronteira; retomada dos estudos para novas ligações rodoviárias e cooperação internacional para o combate ao tráfico de drogas. Já está funcionando, em Roraima, o Conselho de Combate ao Narcotráfico, que conta com a participação de representantes dos governos brasileiro e venezuelano.

Com relação à malha rodoviária, o projeto prevê o asfaltamento da BR-174, ligando Boa Vista a Manaus e Boa Vista à Vila Pacaraima, próxima à Santa Elena do Uairén, primeira cidade venezuelana na fronteira. Está prevista também a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu, ligando Bonfim a Lethem, na Guiana, e a abertura de uma estrada que ligará a região amazônica ao porto marítimo de Georgetown, criando, assim, um corredor de exportação e importação. Essa será a melhor alternativa para o acesso ao Caribe, além de caracterizar-se como de grande importância estratégica.

Para o oficial do Exército, "é hora de o País defender todos os espaços vazios da fronteira brasileira na Amazônia antes que alguém os ocupe". Para ele, a alternativa maior é o projeto "Calha Norte", porque "com a infra-estrutura militar e a seriedade do trabalho; o desenvolvimento vem na esteira, facilidade que outros órgãos do governo e a própria iniciativa privada não podem proporcionar, pois envolve, além de vultosos recursos, uma série de estudos e ações que dizem respeito especificamente às Forças Armadas".

"Calha Norte" não vê problema com os índios

O problema indígena, embora indigesto, não é insolúvel. Deixou de ser uma preocupação dos militares e passou a ser uma questão puramente da Funai, órgão responsável pelo setor e integrado ao projeto "Calha Norte". Estas afirmações são de um oficial do Exército, que trabalhou na elaboração de um documento contendo informações sobre a situação em Roraima e enviado ao Conselho de Segurança Nacional. Oferece uma visão completa dos problemas indígenas no Território, quem são os envolvidos e aponta o crescimento do número de defensores da tese de que "o desenvolvimento é fator devastador das comunidades indígenas e, como tal, deve ser evitado". De acordo com o documento, a tese implica na defesa dos povos indígenas como um todo, aculturados (macuxi, wapixana e outros) ou não (yanomani), tornando-se essencial, para isso, a intocabilidade de suas reservas. Isso impediria, segundo o oficial, uma reformulação das definições até agora im-

postas, travando uma adequação à realidade atual das necessidades sócio-econômicas regionais e de segurança nacional.

Dos 23 milhões de hectares que formam o Território, segundo o documento, 11,2 milhões (49%), pertencem e/ou são pretendidos pela Funai para os índios. Dos 14 milhões de hectares de florestas e solos aptos à agricultura, nove milhões estão situados em áreas indígenas, enquanto que as terras menos importantes aparecem com apenas 700 mil hectares em reservas, num total de dois milhões de hectares. Diz o oficial que a situação fica ainda mais crítica quando são analisadas as potencialidades minerais. Fora o tradicional garimpo de Tepequém, os demais estão em terras pretendidas ou em reservas indígenas. E as maiores jazidas de ouro, diamante, cassiterita e outros minérios nobres, inclusive os radiativos, estão dentro da área reivindicada para a implantação do Parque Yanomani.

Projeto do parque pede 11 milhões de hectares

Na verdade, não foi preciso mesmo que Severo Gomes conhecesse a fundo o Território de Roraima e seus índios para fazer o projeto criando o Parque Yanomani. Ele recebeu subsídios de uma comissão que defende a criação do parque e teve em mãos um extenso documento, concluído em 1984 e entregue ao então ministro do Interior, Mário Andreazza. Engavetado, o documento ganhou vida no começo de 86 e forneceu todas as informações de que o senador necessitava para atender ao apelo de grupos e entidades que lutam pela preservação dos yanomani em seu estado primitivo. A idéia do projeto ganhou força no momento em que o governo tornou pública sua intenção de implantar o "Calha Norte", que abre estradas justamente dentro da área yanomani.

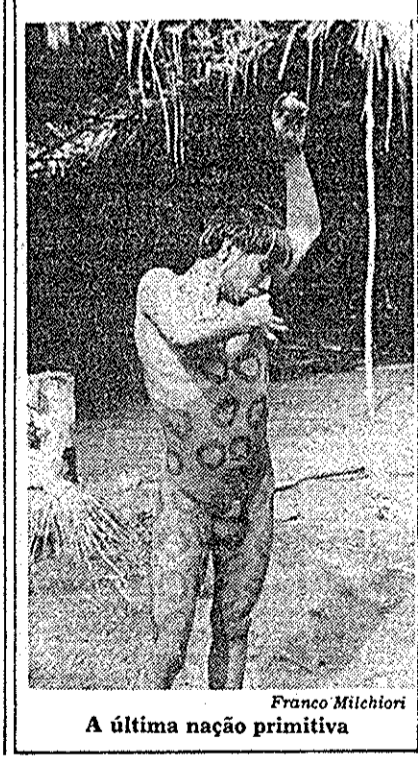
O documento descreve todas as características da região e dos índios que nela habitam, uma nação do grupo linguístico Caribe e vivendo ainda isolada de chamada população "branca". O documento informa também que a "iminência ocupação econômica acelerada da região e a consequente ameaça aos índios yanomani", exige rápida "delimitação de uma área, visando a proteção dos direitos do índio no que diz respeito à posse de suas terras". Essa área é que vem sendo o pomo de discórdia entre governo e Igreja: são cerca de 11 milhões de hectares, quase a metade da área que forma o Território de Roraima.

Na sua maior parte, o território yanomani, a oeste do meridiano 62°, está coberto por floresta equatorial úmida, embora existam algumas clareiras de vegetação esparsa. O ter-

no é, em geral, bastante acidentado, principalmente nas áreas próximas ou junto às serras Parima e Pacaraima, que formam o divisor de águas separando as bacias do Amazonas e do Orinoco e que serve também de divisa internacional entre Brasil e Venezuela. Em consequência desse relevo acidentado, a maior parte dos rios é cheia de cachoeiras, o que torna o acesso fluvial a muitas localidades senão impossível, pelo menos extremamente difícil.

Para os defensores da criação do parque, os garimpeiros representam o perigo maior à sobrevivência dos índios. A descoberta de cassiterita na serra de Surucucus, em 1975, levou para o coração do território yanomani no Brasil um grande número de garimpeiros. Da presença de quase 500 homens na região, até 1976, sem nenhum controle, resultaram conflitos entre índios e brancos e a disseminação de várias moléstias até então desconhecidas dos yanomani, como tuberculose, doenças venéreas e gripes, provocando a morte de vários deles.

Surucucus, com um subsolo comprovadamente rico em metais preciosos, tem sido a região mais cobijada por todos. O Radam Brasil detectou a ocorrência de "uma considerável jazida de cassiterita", que vai desde o rio Catrimani e serra do mesmo nome, até a cabeceira do rio Auariis. E o diamante, a partir da margem esquerda do rio Uricocoera, até a fronteira com a Venezuela, além do ouro, que é encontrado em toda a região, a exemplo do garimpo Santa Rosa, próximo à reserva ecológica da ilha de Maracá.



A última nação primitiva

Nação independente

A intenção, ao que parece — ressaltava um trecho do documento —, é tornar inviável o desenvolvimento de Roraima, pois dos 964 quilômetros de fronteira com a Venezuela, quase 900 estão dentro da área pretendida para reservas". O oficial adianta que parece ser clara a intenção daqueles que defendem a separação dos índios: "Eles querem transformar a região num território e, posteriormente, numa nação indígena independente".

Apontando várias entidades nacionais e internacionais, religiosas ou não, que fazem parte desse esquema, o oficial afirma que outro objetivo é o enfraquecimento do Tratado de Cooperação Amazônica e a imposição, desde o Exterior, de mecanismos que possam interferir nas decisões internas de cada país em termos de assentamento de populações em áreas vazias, conquista de territórios isolados e exploração de recursos naturais.

Segundo o informante, "uma das diretrizes seguidas por esses grupos dá uma orientação de como devem proceder". E busca no documento o seguinte trecho:

"As marcantes expressões desta política internacional se encontram cristalizadas nos projetos de criação de reservas indígenas em toda a extensão de fronteira do Brasil com a Colômbia, Venezuela e Guiana, áreas de concentração das mais diferentes tribos e lugares onde a presença do Estado é extremamente precária. Essa situação perdura porque, apesar de sua importância econômica, estratégica e de segurança e defesa, são zonas onde se observa o maior vazão de poder e de exercício cabal da soberania".

Empresário diz que estrangeiro prejudica

A consciência da maioria da população de Roraima ainda não despertou para o problema que será acarretado com a aprovação, pelo Congresso, do projeto do senador Severo Gomes, criando o Parque Yanomani. E nem para a importância de uma outra realidade que começa a surgir no Território, com a implantação do projeto "Calha Norte", única forma de neutralizar a "internacionalização" da área de fronteira com a Venezuela.

Esta é a opinião do presidente da Associação Comercial de Roraima, João Mene, para quem, se o projeto passar e for sancionado pelo presidente Sarney, "quase a metade do Território estará fechada a qualquer tipo de

exploração, tornando inviável o futuro da economia local".

Há anos condenando a ação de grupos missionários junto aos índios de Roraima, principalmente em Surucucus, Mene ressaltava que "só o projeto das Forças Armadas pode mudar essa situação. A proteção dos Yanomani é fundamental para a sua preservação. Mas é inadmissível que uma decisão, como essa do projeto do senador, que envolve a soberania nacional, esteja sendo tomada para satisfazer interesses estrangeiros no País, prejudicando os brasileiros que aqui vivem".

Junto à população em geral, a repercussão sobre esses fatos é ainda pequena. A região onde vivem os yanomani — serras de Surucucus e Couto

Magalhães e rios Catrimani e Ajarani — está distante centenas de quilômetros de Boa Vista. Houve, entretanto, quem se chocasse com a informação da possível aprovação do projeto de Severo Gomes. Entre os garimpeiros a notícia fez estragos. Formada por mais de oito mil pessoas, essa comunidade acalenta um velho sonho, que vem desde o final da década de 70, quando começou a ser suspensa a exploração mineral de Surucucus: a reabertura da área para a garimpagem.

Benvenuto Correia Mendes, parabaiano, 61 anos, que diz ter ganho muito dinheiro com a cassiterita de Surucucus, revoltou-se com a notícia: "Acho que a gente devia invadir a região antes que os estrangeiros tomem

conta dela. Eles não podem fazer isso conosco. Queremos só o direito de trabalhar e ganhar um dinheirinho que dá para viver. A criação do parque é a morte de todos nós".

Na sede da Associação dos Faiscadores e Garimpeiros de Roraima, o ambiente é de desconsolo. Surucucus é uma dívida que eles sonham alcançar e o projeto de Severo Gomes pode sepultar de vez a esperança que ainda os mantém unidos. Nem mesmo a notícia sobre o "Calha Norte" aliviou a tensão. Entre revoltados e desiludidos, os garimpeiros já não acreditam mais que um dia possam voltar à região. Para eles, Surucucus é um sonho cada vez mais distante.